

NORMALISTAS DO MARANHÃO: ENTRE ROTINA E RESISTÊNCIA**Mary Angélica Costa TOURINHO***

Resumo: O presente artigo analisa, no período de existência da Escola Normal do Maranhão (1890-1940), ações e mobilizações de normalistas, que construíram diferentes formas de atuação no meio escolar e da sociedade, nas duas primeiras décadas do século XX, em São Luís do Maranhão. Observa iniciativas propiciadas por um contexto no qual a instrução assumia grande importância, influenciando práticas identificadas com esta nova ferramenta de negociação para mulheres que tinham acesso à mesma.

Palavras-chave: Escola Normal. Normalistas. São Luís - Maranhão.

FORMALISM IN THE NORMAL SCHOOL OF MARANHÃO: BETWEEN ROUTINE AND RESISTANCE

Abstract: This article analyses actions and movements of formalism in the Normal School of Maranhão (1890-1914), which created different forms of performance in schooling and within society in the first two decades of 20th century in the capital city of Sao Luis, Maranhao State. Possible initiatives are shown in a context where instruction assumed great importance, influencing practices identified with this new tool of negotiation to women that had access to it.

Keywords: Normal School. Formalist. Sao Luis –Maranhao.

1 Apresentação

O início da história das Escolas Normais integra um contexto que considerava, no Ocidente, a ideia de um processo evolutivo da humanidade. Para isso, era necessário cultivar o “espírito humano” desde a tenra idade, na família e instituições instrucionais, forjando qualidades humanas, em detrimento da corrupção dos costumes. Cuidar da infância garantiria adultos detentores de nobres virtudes capazes de resistirem às degradações existentes. Pensadores como Joseph Lancaster (1778-1838), Pestalozzi (1746-1827), Herbart (1776-1841) e Froebel (1782-1852) são algumas das expressões do desejo

*Professora Mestre – Departamento de História da Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus Parnaíba – Doutoranda em História - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis – Av. Dom Antônio, 2100, CEP: 19806-900, Assis, SP, Brasil. E-mail: mararciw@oi.com.br.

de instruir de forma metódica, baseados em informações que tratavam do comportamento e desenvolvimento físico e intelectual do ser humano.

Identificadas, em princípio, com a padronização do ensino na França, as Escolas Normais recebem um novo adendo, sendo associadas à ideia de um espaço de formação de professores¹, quando no contexto pós-revolucionário francês (1830-1848) “Guizot, tornou-se Ministro da Educação e iniciou a reforma do sistema escolar. Fundaram-se escolas normais para a formação de professores [...]” (EBY, 1978, p.469).

No Brasil, segundo Villela (2005, p.100), as perspectivas para a efetivação de cursos normais ocorram “[...] com o Ato Adicional de 1834 e a política de transferir para as Províncias a responsabilidade pela formação de seus quadros docentes [...]” (VILLELA, 2005, p.100). A autora ainda observa que a criação das escolas normais marcou o processo de institucionalização da profissão docente que, no país, “teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras Escolas Normais Provinciais” (VILLELA, 2005, p.101).

No Maranhão, a criação da Escola Normal² integra o panorama do final século XIX, quando, após a Proclamação da República, a “Comissão incumbida da reforma da Instrução Pública” constatou que o “péssimo estado da instrução primária” resultava da “não obrigatoriedade do ensino e da incapacidade dos professores primários”. A comissão indicou, entre outras medidas para a resolução do problema, a “Fundação de uma Escola Normal³” (GOVERNO..., 22/03/1890, p.2). A indicação, nesse sentido, foi acatada por meio do Decreto n.º 21, de 15 de abril de 1890, Art. 7.º e sancionada pelo governador José Tomás de Porciúncula⁴.

O projeto republicano apresentava um discurso de integração mais amplo. Conceitos, como povo e nação, vislumbravam capacidades e possibilidades de sujeitos sociais, que mesmo já existentes e atuantes sob diversos aspectos, não eram percebidos pelos segmentos dominantes. Agora, essa “massa submersa”, era convocada a entrar em sintonia com novos símbolos do progresso. A educação/instrução de crianças e mulheres integra, portanto, esse programa de desenvolvimento proposto para o Brasil. Com relação às mulheres, a instrução é evidenciada como vetor de novas maneiras de “ser feminina”.

O discurso do conhecimento ilustrado como um instrumento a serviço do bem-estar do lar chegou ao Brasil de forma mais efetiva no século XIX. Possibilidades de contato entre as pessoas, devido ao processo de urbanização, melhoria de transportes e comunicação, que se desenvolvia em algumas cidades brasileiras, diversificação, a ampliação de publicações de livros e jornais e pensamentos, como o já citado positivismo, exigiam que mulheres e homens estivessem mais aptos a decodificarem desses símbolos de notoriedade.

A fundação de Escolas Normais e a expansão da instrução de modo geral, alcançando o público feminino, era o indício do que diziam alguns cronistas, afinal, não se pode mais ser só bela, ou, como diz ainda o dito popular “beleza não põe mesa”. A peça “Uma véspera de Reis”, de Artur Azevedo, encenada pela primeira vez na Bahia em 1875, capta essa nova atmosfera:

Emília – Com licença. O tacho ainda está no fogo
Bermudes – Que boa dona de casa está ali se formando em comadre?
Reis – Temos trabalhado para fazer dela não só uma boa dona de casa, como diz você; mas também uma senhora que saiba entrar numa sala...
Francisca – Lá isso é verdade!
Bermudes – Nunca lhe doam as mãos, compadre!
Reis – Já aprendeu francês, inglês, um bocadinho de italiano...
Bermudes – Deveras?
Francisca – Sim senhor; e está agora arrecordando o português...
Reis – Olhe! (aponta para o piano)
Bermudes – Piano heim?!
Reis – É como vê!
(AZEVEDO, 1983, p.93).

Nesta situação, a preocupação era preparar a mulher para arrumar, o que se considerava um bom casamento, apresentando-se bem junto ao marido sabendo “fazer sala” e comportar-se em eventos públicos. Porém, outra preocupação se junta a esta, pois, a mulher, se bem instruída, cuidaria melhor dos filhos que viesse a ter e contribuiria com projetos nacionais de desenvolvimento que ganhavam força em meados do século XIX. Como observa Teixeira Mendes, apóstolo do positivismo, era necessário:

[...] desenvolver a influência educadora da mulher, fornecendo-lhe instrução que lhe proporcione o conhecimento positivo do mundo, da sociedade e do homem, isto é, o ensino da ciência abstracta e das artes liberais. Desde então Ella poderá dedicar-se exclusivamente à educação dos filhos até a idade de 14 annos; e a consequência será o desaparecimento desses quartéis de crianças que se denominam os colégios. (MENDES, 1900, p.84).

O objetivo do credo positivista era deixar claro que não deveria haver equívocos, em relação à função de cada indivíduo na sociedade, sob o risco de se comprometer a ordem e a possibilidade de um progresso sustentado nos princípios da solidariedade. Só assim seria possível uma evolução sem revolução, como era próprio a esse pensamento. À mulher cabia o dever de se instruir para ensinar os filhos.

Embora a imagem de anjo tutelar tenha sido reforçada no credo positivista, discursos voltados às mulheres como educadoras dos filhos, impulsionaram também a sua formação intelectual. Ao estabelecerem contato com o mundo letrado, contrariamente às expectativas positivistas, não rompiam necessariamente com funções inerentes ao espaço doméstico,

porém, muitas tinham a possibilidade de exercer atividades profissionais identificadas com esta ferramenta – fora ou mesmo no interior das suas casas – processando gradativamente, “inversões discretas”, articuladas no interior da ordem (CERTEAU, 2004, p.94). A docência se mostra como uma destas funções.

Com a República, o ofício de ensinar assumia um perfil laico, buscando-se métodos experimentais que teoricamente, possibilitavam eficácia da aprendizagem, principalmente no nível elementar. Esboçavam-se os contornos da organização de espaços onde esses ensinamentos poderiam ser sistematizados sendo as Escolas Normais, bem como as(os) normalistas, integrantes desta dinâmica (VILLELA, 2005).

A trajetória da Escola Normal, bem como das normalistas, no início do século XX no Maranhão, inseriu-se nos procedimentos peculiares a um contexto em que tentava se equilibrar valores tradicionais, mudanças e projetos de desenvolvimento, elaborados pelo ideário republicano. Logo, os discursos e ações dirigidos às mulheres, principalmente no referente à sua instrução, assumiram grande visibilidade, uma vez que sobre elas pesava a responsabilidade de formar, desde a tenra idade, o futuro cidadão republicano.

Cabia às instituições educacionais como a Escola Normal – que no Maranhão desde o início formou majoritariamente mulheres – o reforço de atributos que as qualificariam com os recursos para formar pessoas, sob os novos ditames sociais. A erudição, o desenvolvimento dos dotes artísticos e das prendas domésticas, comuns a qualquer instituição de ensino no final do século XIX e início do século XX voltada para o público feminino, dividia lugar com o conhecimento das patologias escolares, psicologia infantil, estrutura e dinâmica escolar, metodologias de ensino e antropologia. Em se tratando de mulheres esse conhecimento, além do preparo para a docência, garantiria um melhor desempenho da função materna.

Entretanto, além da função materna, a que estavam teoricamente destinadas, ou mesmo antes de ingressarem no mundo profissional ou nas responsabilidades de um lar, vivenciavam, como jovens e alunas de uma instituição de ensino, o dia a dia da escola, da cidade e de seu tempo, experimentando sociabilidades inerentes ao meio que integravam.

Como alunas de uma instituição considerada importante no cenário sociocultural do Estado, desenvolveram atividades e mobilizações no universo da Escola Normal do Maranhão, nas duas primeiras décadas do século XX, que, afetavam o cotidiano estudantil e muitas vezes rompiam os limites físicos do espaço escolar. Situações que foram vivenciadas de forma dinâmica e criativa por alunas que, consumidoras de uma “cultura arbitrária” constituíram formas próprias de assimilação dos produtos a elas destinados, utilizando-se da astúcia, da sutileza e de diferentes estratégias (CERTEAU, 2004, p.79) na vivência do cotidiano escolar e do seu entorno.

Ao acompanhar a trajetória das normalistas no Maranhão tem-se a compreensão de um comportamento criativo. Vivenciavam e reproduziam códigos comportamentais explícitos, que se imiscuíam nas relações cotidianas, por meio de um aparato de poder marcante; absorviam sociabilidades institucionais que se incorporavam ao seu modo de vestir e falar – entre outros – modelando o “corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios e divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2002, p.18), que vão ser naturalizadas; porém, e também, a partir de sua trajetória de vida, recusavam o consumo do instituído tal como fora concebido pelos poderes dominantes (CERTEAU, 2004).

Nesta perspectiva é possível perceber vestígios comportamentais de normalistas, em São Luís do Maranhão, no período de autonomia da Escola Normal, valendo-se da análise de documentos oficiais produzidos por esta instituição e ainda de jornais da época, e entrevistas⁵ com normalistas – identificadas pelos pseudônimos “Pérola”, “Esmeralda” e “Ônix”⁶.

2 Normalistas entre indisciplinas e normas

Normalistas vivenciavam a rotina escolar – dentro e fora da Escola Normal – e estavam articuladas ao cotidiano da cidade que se modelava à atmosfera do novo século XX. Em se tratando de um espaço constituído por uma maioria de mulheres, exigia, portanto, maior vigilância dos pais, bem como do corpo docente, técnico e administrativo da escola. Estes deveriam estar atentos a namoros, indisciplinas e cumprimento do calendário escolar.

A Escola Normal do Maranhão, situada no centro da cidade⁷, local de grande circulação de pessoas, além de ter que zelar por questões inerentes ao meio escolar e conviver com indisciplinas internas, sofria, também, com interferências externas, pois não conseguia impedir que o seu corpo discente estabelecesse convivências com o entorno, no período destinado às aulas, como indica o Ofício n.º 92, de 29 de agosto de 1913, dirigido ao Governador pelo Diretor da Escola Normal Barbosa de Godóis⁸ ao pedir reparos para escola:

Os vidros de que trato, foram quebrados no anno último, pelo choque de objectos partidos da rua, por ocasião da estada ali de um grupo de rapazes, que ainda continua a freqüentar o ponto de reunião na esquina fronteira à do prédio d’esta Escola.

Acredito não ter havido propósito n’este facto, pois os factos se verificaram no momento em que os rapazes jogavam uns sobre os outros diferentes objectos, como laranjas descascadas, etc...; mas houve sem dúvida, imprudência, que não estava nas minhas mãos reprimir, assim como, n’este mez ainda não pude evitar que uma professora d’este estabelecimento, ao passar para vir cumprir o seu dever, fosse alcançada por um d’aquelles fructos, jogados naturalmente sem intenção.

Sirvo da oportunidade para solicitar-vos igualmente que deis providências precisas, no sentido de ser feita a caiação do corredor que dá entrada às alumnas desta Escola, o qual está cheio de inscripções feitas pelos rapazes, de que fallo, que n'ele penetram, quando querem, para escrever na parede o que bem entendem. (Ofício nº92, de 29 de Agosto de 1913).

Apesar dos cuidados, o contato entre a comunidade escolar, e a cidadina, fazia-se correntemente. Arremesso de laranjas em janelas, encontros em cantos e espaços “não recomendáveis”, inscrições em paredes e muros da escola, acabavam por construir um conjunto de códigos relacionais que vazavam as formas de controle impostas pela ordem, construindo outra inversa, que se mantinha nas entranhas da ordem legal.

Estas relações entre escola e rua e entre homens e mulheres que ocupavam estes espaços (a escola e seu entorno) podiam significar tanto aceitação, resistência, como até mesmo hostilidades, em relação ao espaço escolar. Bencosta (2005, p.76), ao analisar a localização dos liceus franceses, observa que a sua existência física escondia uma polêmica relacional, pois estavam “[...] divididos entre o desejo de ficarem afastados do tumulto da cidade e a necessidade de ter acesso fácil [...]”. Esta situação ambivalente culminava com a construção de “relações equívocas com a via pública” (BENCOSTA, 2005, p.76), que de alguma forma imiscuía-se no ambiente escolar.

A complexidade relacional também se fazia presente na rotina escolar, manifestando problemas de toda natureza; ficava-se doente, namorava-se, cometia-se indisciplina, expressava-se falta e recebia-se punição. O diretor Barbosa de Godóis, em despacho dirigido ao Governador do Estado, dá um exemplo desta diversidade:

Cumprindo o nosso despacho, anexado na petição junta, que hontem me foi entregue, na qual o Dr. Luís Serra de Moraes Rego nos solicita o cancelamento da nota da suspensão que em julho d'este anno, impus a sua sobrinha Isolina Esperança de Moraes Rego que n'esses tempos freqüentava esta Escola, como alumna do 2º anno, cabendo-me dizer-vos o seguinte:

A dita menina que, aliás, tem quem a represente legalmente, sem ser o peticionário, visto ser filha legítima e conquanto orphan de pae, ter ainda viva a sua progenitora que é quem sobre ella exerce o pátrio poder, em face do novo direito, tem aqui n'este instituto, desde que n'elle se matriculou, uma conducta que muitas vezes, pouco se conformasse com as exigências da ordem e da disciplina necessárias n'uma casa como esta.

O seu procedimento ia além, n'essas ocasiões, do que se costuma denominar de travessura, quando se trata de crianças e eu tive, por isso mais de um ensejo de aconselhal-a a que mudasse de proceder sem todavia em forma official, as advertências que eu então, lhe fazia.

Dócil, no momento, às minhas palavras, facilmente as esquecia, dentro de pouco tempo, e freqüentemente era encontrada em outras faltas disciplinares.

Era isso, a meu ver, uma questão de temperamento. Irrequieta por natureza, não se podia dominar por muito tempo e assim explico a sua conducta um tanto turbulenta. (Despacho, 19 de Outubro de 1911).

Tal situação aponta para formas de burla da norma legal, pois “problemas” como os da aluna Isolina, evidenciavam o estado de “tensão silenciosa” existente no universo escolar, demonstrando como atitudes irrequietas – conforme descreve o diretor – consistiam, de forma prática, em meios de burlar, a vigilância e a ordem. Não se pode deixar de observar, também, conforme o relato, um problema comum a outras instituições de ensino, qual seja: as interferências vindas de autoridades constituídas ou de personagens notórios que faziam pressão para favorecimentos pessoais de forma aberta e, por vezes, acintosa.

As disposições normativas, no decorrer da existência da Escola Normal, buscavam o distanciamento físico e relacional das alunas com o mundo da rua, principalmente no período destinado às aulas:

Tomada a resolução de serem postados alguns guardas civis na porta e esquina do edifício em que funciona esta Escola, como meio de cessarem os factos que motivaram essa medida, a referida menina, em contradição com os intuitos d’essa resolução e infringindo a disciplina do estabelecimento, entende de comunicar-se d’umas das janellas, com um moço que passava na rua e que já me recordo se era estudante do Lyceu ou empregado do comércio, e presenteal-o com uns objetos d’uma sua collega, que estavam sobre uma meza, não destarte à impugnação da dona dos mesmos objectos e os conselhos de suas collegas que estavam na sala, a que pertencia a janella, para que desta se retirasse. Esse facto, presenciado pelos guardas, como foi-me trasido ao conhecimento por um d’esses guardas que me indicou a janella onde se dera a ocorrência e os signaes da pessoa que assim procedera. (Despacho, 19 de outubro de 1911).

Vigiar e punir, como forma de manter a ordem, não era recurso suficiente, como se pode notar, para evitar relações consideradas perigosas ao andamento de uma instituição que contava com uma maioria de mulheres teoricamente dóceis e recatadas. Mulheres que empregavam a dissimulação e a subversão, como forma de sobrevivência em um universo que as rotulava e, esperava delas, um comportamento específico. Estas questões são facilmente observadas nas palavras do diretor em seu relato ao governador; termos como irrequieta, travessura, infração, demonstram a diferença entre o esperado e o existente no universo escolar feminino. A própria Isolina, quando interpelada pelo diretor, segundo o relatado no Despacho de 1911: “[...] não nega o que o guarda civil afirmara, apenas procurou justificar-se allegando casualidade na queda dos objectos, sem nada a dizer, entretanto, sobre o mais [...]” (Despacho, 19 de Outubro de 1911).

O diretor da Escola Normal era parte importante, na complexa engrenagem que regulava a vida escolar que, não raro, extrapolava os muros da instituição. O andamento das atividades que se desenvolviam no ambiente escolar, o comportamento de uma aluna –

praticante ou egressa – poderia, se fugisse à ordem, vir a comprometer a imagem da instituição e, em alguns casos até mesmo do Governador do Estado. Cabiam ao diretor ponderações e justificativas perante o executivo estadual, com quem tinha trânsito livre, como se pode observar no relato a seguir:

Deo-se isso no intervalo d'uma para outra seção das aulas e em ocasião eu estava na Escola Modelo.

Entendo que o facto dado merecia uma penna maior do que as de que até então me servia sem resultado, para com a sobrinha do peticionário. Impus-lhe, então a suspensão por dois dias, para não privar-a, com um tempo maior, de comparecer, com suas collegas às festas de 28 de julho.

Tive a intenção a princípio de consignar d'esta vez, em documento official a penna imposta. Refletindo, porém, passados os primeiros momentos, que isso teria de ser inscrito no seu assentamento e seria uma nota que a todo tempo, lhe poderia ser lançada no rosto, por ficar firmada n'um livro d'uma repartição pública, deixei de expedir a portaria, satisfazendo-me com o efeito moral produzido pela imposição da Penna, tanto na alumna punida, como as outras normalistas. O meu fim era todo disciplinar e preenchendo-se dessa forma limitei-me a isso, uma vez que o Reg. da casa, não me impunha outro procedimento, no §4º do art.120 do seu título I. Não li, pois, nesta escola, a menção official da suspensão de que trata o peticionário.

É o que tenho a dizer-vos sobre a petição mencionada.

Saúdo-vos

O Diretor

Antônio Batista Barbosa de Godóis.

São Luís, 19 de outubro de 1911.

(Despacho de 1911).

Os cuidados com a vigilância e as punições eram parte de um aparato educacional constantemente questionado pelas alunas. Levando-se em conta a idade com que as alunas ingressavam na escola⁹, fica evidente que esse comportamento era parte de um momento de amadurecimento. Este comportamento culminava, quase sempre com a postura em cheque, da ordem edificada (FREITAS, 2003). O relatório enviado pelo diretor ao governador, referente ao ano de 1912, demonstra-nos estas questões:

Era de se esperar esse facto e eu d'elle tratei convosco em conferencia que solicitei e de que originara o plano que formulastes de ampliar o edificio d'esta Escola, de modo a poderem ter salas de funcionamento apropriadas às aulas de Desenho, Cartographia e Prendas Femininas, e haver um salão afastado, em que as alumnas continuassem, no intervallo das aulas, em cada seção, recorrendo as suas lições.

Isto evitaria o sussurro que se sente nessas ocasiões, e que não deixa de perturbar as aulas, em que por necessidade didácticas, as lições prolonguem mais alguns instantes. (RELATÓRIO..., 1912¹⁰).

Percebe-se, no exposto, a preocupação com o controle das falas. Tal questão remete à necessidade de manutenção disciplinar em todos os espaços da Escola. Observa-se que o “ajuntamento” funcionava como forma de possibilitar conversas, dos mais diversos matizes, daí a preocupação com o sussurro e com falas furtivas, pois ambas fugiam ao

controle da legalidade. A conclusão do diretor permite se ter uma ideia da necessidade desse controle:

Eu desejava silêncio, a ordem nas aulas e em todo o edifício e, si n´aquellas era elle mantido, sofreu interferências no avarandado da casa, único lugar que as alumnas podem estar, nesta escola, no intervalo das lições.

Repetidas vezes fui pessoalmente impor o silêncio, mas encontrava apenas pequenos grupos de alumnas que, saídas d´uma lição procurassem recordar as lições que íam dar d´hi a instantes. Era essa a causa do sussurro.

Compreendeis que eu não devia impedir-lhes essa leitura e limitava-me a aconselhar-lhes que lessem mais baixo, recomendação quase inútil, porque o sussurro progredia, não do tom da voz em que lião, mas do número dos grupos e das condições acústicas do prédio. (RELATÓRIOS..., 1912).

Ao que parece, o sussurro não dizia respeito apenas aos estudos, porém, decerto, existiam dificuldades de outras ordens que afetavam a escola e que tomavam extensão por conta da tensão imanente, desencadeada pela necessidade de controle das relações entre homens e mulheres no interior da escola. Portanto, havia necessidade de aloca-los separadamente, mantendo, dessa forma, a devida distância entre ambos. O Ofício da Escola Normal, n.º 75 de 21 de maio de 1913, enviado por Barbosa de Godóis ao governador, demonstra esta preocupação:

Em additamento ao offício que vos redigi, sob o n.º 71, de 19 do mez corrente, transmitindo-se a relação dos professores e a nota da frequência média dos alumnos d´este instituto, comunico-vos que o 1º anno do curso d´este estabelecimento conta com 30 rapazes, o 2º anno com 5 e o terceiro com 1. Como vedes, a menos de 36 almnos presentemente n´este instituto e comprehende-se que esse facto exige uma vigillância especial, que não pode ser feita com efficácia somente pelas funcionárias encarregadas d´esse mister.

Pequeno, como é, o compartimento em que os rapazes permanecem, antes e depois das aulas, dá lugar a que, em virtude da aglomeração, em que se achão, surjam, entre elles, actos que, com quanto não possam ser qualificados rigorosamente de indisciplina, convém e não deixam de perturbar o trabalho do estabelecimento.

É preciso, além disso, uma fiscalização constante na interdição da passagem dos rapazes para a parte do edificio destinado às meninas e, sem alguém, a quem todos elles acatem, no desempenho d´aquella função corre-se o risco de ter-se a disciplina da casa pouco alterada.

(Ofício, 21 de maio de 1913, nº75).

A interdição e o controle eram, pois, importantes instrumentos na definição do espaço social que cabia aos homens e às mulheres no intercâmbio relacional. Apartá-los seria a forma mais coerente, na ordem vigente, de aplicar princípios que condissessem com o que era pedagogicamente pensado e esperado das(os) normalistas.

3 Normalistas entre mobilizações

A instrução parecia conceder às mulheres uma circulação mais segura. Na escola, com toda a carga regulatória, construíam cotidianamente, códigos demonstradores da vontade de se fazer perceber e de se (in)formarem. As alunas da Escola Normal tinham iniciativa. O que era observado por todos como atitudes menores tomavam, no âmbito da escola, um sentido político importante. Um bom exemplo destas atitudes pode ser observado no abaixo assinado para colocar um retrato do ex-senador da República Benedito Leite¹¹ no salão de honra da escola:

Exm^o. Senr. Dr. Luiz Antônio Domingues da Silva, D. Governador do Estado.

Os abaixo assignados, alumnos deste anno da Escola Normal, solidários com os seus collegas de 1909, no pensamento de ser installado, no salão de honra da mesma Escola, o retrato do pranteado Dr. Benedicto Leite, a cujos enfatigáveis esforços pela propagação do ensino moderno no Estado, é devido tanto a reforma do mesmo estabelecimento como a criação da Escola Modelo que traz o seu nome, vêm, fazendo seu pedido que naquelle sentido foi dirigido ao governo, dias depois da morte d'aquelle maranhense illustre, solicitar a V. Ex^a. que mande preparar a óleo, por conta do Estado, o retrato desse nosso benemérito conterrâneo, para ser colocado no referido instituto, como respeitosa homenagem à grande dedicação que elle sagrou à causa nobre do ensino público da sua terra.
(Abaixo Assinado, 19 de maio de 1911).

Esta atitude, se tomada no contexto, ganhava grande notoriedade, pois, além de reificar a figura de Benedito Leite como “patrono” da educação pública estadual, desenrolava-se em um momento de transição dos grupos políticos locais. Outras iniciativas incorporaram-se à prática estudantil e identitária das normalistas, como no caso do ritual que envolvia a solenidade de colação de grau. Foram as alunas que se articularam no sentido de dotar a Escola dessa cerimônia:

Exm^o Dr. Governador do Estado.

Realizando-se em diferentes institutos congêneres a este a solemnidade da collação de grau, por meio da opposição d'um barrete ou borla, no diplomando, e desejando as alumnas d'este estabelecimento que o mesmo aqui se succeda, por ocasião de lhes ser entregue o diploma, solicito-vos a precisa auctorisação, para poder aquiecer ao pedido que n'aquelle sentido é feito.

O Diretor

Antonio Baptista Barbosa de Godóis.

(Ofício, n.º 96, 22 set. 1913).

Estas atitudes, além de demonstrarem a consciência do valor do grau obtido, também, evidenciavam o intercâmbio com outros cursos normais existentes no país,

comprovando a aquisição de informações não restritas ao Estado. Estas mulheres liam e intercambiavam informações que foram importantes para a definição da sua ação profissional.

Ostentar uma farda foi também parte dessas mobilizações que marcaram a ação das normalistas no interior da escola. A ideia, segundo Ofício n.º 96, era de garantir-lhes distinção, identificando-as com a instituição. Esta distinção fazia parte de um conjunto de símbolos que tinha como objetivo principal projetar o ser normalista em um dado meio social, construindo princípios de diferenciação e espaçamento fundamentais para a existência deste novo sujeito. Essas estratégias de distinção que “[...] significavam a arte, infinitamente variada, de marcar distâncias [...]” (BOURDIEU, 2007, p.65) e ratificavam a sua movimentação no sentido de possibilitar uma maior visibilidade no espaço de convivência. A iniciativa foi posta em prática por meio do pedido assinado por 61 alunas, no ano de 1913:

Exm.º Sr. Diretor.

As abaixo assignadas, por si e helas, demais alumnas desta Escola, pedem a V. Exm.ª que solicite do Exm.º Dr. Governador do Estado a aprovação da descripção inclusa de um trajo especial que sirva de distinctivo às normalistas, nas solemnidades escolares, contemplando-se entre estas, a sua estada nas aulas.

Desejando, ao mesmo tempo, resguardar possíveis dificuldades ocasionaes, pedem, outrossim, que seja dado caráter facultativo ao referido distinctivo. (Ofício n.º 97, 24 set. 1913).

Partiu também das alunas a escolha do referido traje – inspirando-se em modelos de outros Estados do país – conforme o anexo da petição de 1913:

Descripção do trajo distinctivo das alumnas da Escola Normal:

Saia azul marinho, blusa branca, de mangas compridas, gravata azul, trazendo bordados a branco, sobre uma das pontas, um livro com uma penna atravessada. (Ofício n.º 97, 24 set. 1913).

O detalhamento do traje cumpria – além do fetiche que envolveu a imagem da normalista, projetada no imaginário popular “vestida de azul e branco” – a lógica imposta pela nova ideia de Estado Nação, que uniformizava uma categoria fundamental para a reprodução dos padrões de civilidade e convivência modernos. A cor azul evidenciava a sobriedade, a branca a higiene, e a gravata – que no início do século XX, além de sinônimo da roupa masculina foi adotada por sufragistas como símbolo de contestação e por trabalhadores de escritório como elemento identitário – traduzia, talvez, ousadia ou ideia de pertencimento a um novo universo de trabalho¹². O pedido do uniforme foi posto sob

aprovação do governador pelas mãos do diretor Barbosa de Godóis, por intermédio do mesmo Ofício n.º 97, de 24 de setembro de 1913:

Submeto a vossa aprovação a representação inclusa que me foi apresentada pelas alumnas d'este estabelecimento, acompanhado d'uma descrição do traje que ellas desejão ter como distinctivo e que a mesma representação se refere

Conquanto o corpo discente d'esta Escola se componha de representantes dos dois sexos, parece-me não haver inconveniente em ser permitido o distinctivo solicitado, tanto por constituírem as alumnas a grande maioria do mesmo corpo discente, como porque os alumnos nada pediram, relativamente a este assumpto.

(Ofício, nº97 de 24 de Setembro de 1913).

A solicitação foi acatada pelo Governador e a farda passou a ser um elemento de identificação desse sujeito.

Mesmo com a desativação da Escola Normal, em 1914, não foram finalizadas mobilizações e reivindicações por parte de suas(seus) alunas(os), indicando que a identidade “ser normalista” ia para além da existência do espaço específico da escola. Um abaixo assinado, datado de 29 de julho de 1914, endereçado ao Secretário do Interior¹³, traduz parte dessa autoimagem que vai se constituindo no mundo relacional da(o) normalista, na defesa de referenciais que eram vistos por elas(es) como legítimos:

Os abaixo assignados alumnos da extincta Escola Normal e presentemente do curso profissional do Liceu Maranhense, vem pedir a V. Ex^a que seja deferido aos alumnos d'esse curso, por occasião de completal-o, o grão de professor normalista e manterem o direito de usarem o distinctivo de que tracta o artº 82, do título 5 do regimento de 27 de junho de 1905.

A suspensão da Escola Normal foi motivada por uma questão de economia. O Congresso Legislativo não hostilizava, e nem podia hostilizar o preparo dos professores para as nossas escolas públicas, e a prova se vê na lei nº 666 de 28 de abril deste anno, que estabeleceu no seu artº 8º e seus §§ um curso especial destinado a formar professores primários. Dado este fim, o curso é por sua natureza, normal, qualificativo consagrado aos institutos e cursos que tem esse intuito.

Nesta conformidade esperam os supp.^{es} que V. Ex^a lhe defira o que com toda justiça pedem para si e seus companheiros de estudos profissionaes.

Maranhão 29 de julho de 1914

Hemetério de Araújo Leitão (5º anno)

Noemi Quaquareni de Souza

Maria Castro

Lina dos Santos Mello¹⁴

(Abaixo Assinado, 29 de Julho de 1914).

A importância destas alunas e desse aluno reside no fato de garantirem a sobrevivência do *status* profissional das(os) normalistas, valendo-se dos requisitos que impediram a manutenção da Escola Normal. A reivindicação era, como já citado, a expressão da vontade de manutenção de uma identidade, acompanhada de seus rituais e

habitus de convivência, tais como o título de normalista – importante adjetivação desses sujeitos – e o distintivo presente na figura do uniforme e dos adereços que ajudavam a construir a figura da professora normalista, como aponta o regulamento da Escola Normal (1905), no art. 82: “Fica adoptado para distintivo do Professor Normalista e professores da Escola Normal um anel cuja pedra será a – malachita, cravado em ouro, tendo burilado nos lados um livro e uma penna, não sendo porém, seu uso obrigatório”.

Cabe salientar que normalistas utilizaram-se da norma e da legalidade nessas reivindicações o que, nem sempre, combinava com a ordem política estabelecida. A iniciativa dessas alunas e aluno garantiu a continuidade do curso normal, mesmo após a transferência para o Liceu Maranhense. A manutenção do uniforme, da simbologia, dos adereços e do papel desempenhado pelo profissional formado pelo agora curso profissional do Liceu, deixava claro a visibilidade que estas professoras tinham angariado no contexto local. Tornava-se impraticável desconsiderar a necessidade dessas(es) professoras(es). O parecer dado pelo Sr. Raul Machado, Secretário do Interior, é ilustrativo em relação a essa situação:

O título de normalista deve ser conferido a professor formado na Escola Normal. Pode-se estender essa designação a todo professor que houver seguido um curso profissional em estabelecimento do estado.

À primeira vista, pode parecer injustificável que se conceda o título de professor normalista a um alumno que recebe seu diploma no Liceu Maranhense, em que alumnos da extincta Escola Normal, apenas foram nesse estabelecimento concluir o estudo de duas únicas disciplinas, que lhes faltavam, como também a que essa conclusão está sendo feita no curso especial, de que trata o art.º 8º da Lei nº 666 de 28 de abril de 1914, destinado a formar professores primários, penso que deve ser deferido o presente requerimento, podendo, sem inconveniente algum, ser permitido aos requerentes, que obtiverem o diploma, o uso do distintivo, de que cogita o art.º 82 do Reg. da Escola Normal, mesmo porque este artigo não contém disposição adversa à citada Lei nº 666 de 28 de abril do corrente anno, que somente revogou daquelle regulamento as disposições que lhe foram contrárias.

Tratando-se, porém, de assumpto que por sua natureza deve ser decidido exclusivamente pelo Governador, remetta-se, na conformidade do art.º 6.º §3.º, de regulamento dessa secretaria, a presente petição, devidamente informada como está, ao Exm.º Governador para os fins de direito.

(Documentos da Secretaria do Interior, São Luís, 1914, Informação nº 30).

A profissionalização foi mantida e o título dado às pessoas formadas pela extinta Escola Normal ficou, então, a cargo do Liceu Maranhense. Um novo momento na formação de profissionais ligados à educação iniciou-se com a entrada em cena de um novo espaço educacional, porém, a Escola Normal e o seu legado mais concreto, as normalistas, se difundiram pelo Estado.

Além das iniciativas coletivas, outras de cunho individual demarcavam diferenças que se processavam nas ações desses sujeitos munidos de escolarização. Com o intuito de

garantir a permanência na instituição, ameaçada muitas vezes pelas dificuldades de acompanhamento de conteúdos, doenças, problemas familiares, carências financeiras, utilizavam-se das possibilidades regimentais, desenvolvendo habilidades que lhes serão fundamentais no trato das questões públicas, quando do exercício profissional.

Pedidos de exames de segunda época, de matrículas fora do prazo e de pensões, eram corriqueiros no cotidiano da Escola Normal. Com relação ao último item, cabe destacar que traduziam, em muito, a vontade de alunas(os) ingressarem ou se manterem na instituição, a despeito de todas as dificuldades com as quais se deparavam.

As dificuldades de homens se manterem nas cidades, longe da casa dos pais, em busca de instrução ou qualquer outro tipo de sobrevivência, foi comumente descrita nos romances. No entanto, sobre as mulheres pouco se sabe. Há um silêncio sobre isso. Mas, de certo, também tiveram que enfrentar infortúnios de pequeno ou grande monta e instrumentalizaram-se de meios para garantir a sua instrução, como revela o Despacho n.º 43, de 26 de abril de 1904, da petição de Laura Guterres¹⁵, enviada pelo Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado:

Informando a petição junta, em que a alumna do 2.º anno e ouvinte do 3.º do curso d'esta Escola D. Laura Guterres de Sousa, pede para ser considerada pensionista do Estado, por ter a sua família mudado de residência para Alcântara e ella não possuir meios de fortuna para se poder manter n'esta cidade, sem aquelle auxilio que o Estado proporciona às pessoas pobres rezidentes no interior que se desejão habilitar n'este instituto para a carreira do professorado. Cabe-me dizer-vos que a peticionaria com os documentos que exhibe, mostra estar nas condições exigidas para o benefício que solicita e não se achar completo o número de alumnos pensionistas que no anno corrente pode ter esta Escola. (Despacho nº43 de 26 de Abril de 1904).

Vontade e necessidade norteavam essas decisões e iam configurando uma ordem, que em princípio, não era a pensada para mulheres de “boas famílias. Quando não dispunham dos pais para a continuidade dos estudos, o recurso era a casa de parentes, padrinhos, conhecidos. Como seria essa convivência? Com o passar do tempo, outros meios de moradia foram sendo postos em prática, revelando que a necessidade e vontade de buscar instrução, distante do domicílio dos pais foi vencendo embargos. A possibilidade de habitar em pensões familiares se abre, mais tarde, para muitas mulheres que queriam prosseguir nos estudos, como relata “Ônix” (27.02.2008): “A maioria das meninas morava aqui (São Luís), mas já tinha morado no interior como eu. Elas moravam em pensionatos. Eu tinha muitas colegas de Viana, Colinas que moravam nos pensionatos que ficavam na Rua da Alegria”.

Frequentar a Escola Normal demandava condições mínimas de manutenção, o que transformava o acesso à mesma um privilégio. Havia a necessidade de manter-se, o que

não era facultado às pessoas muito pobres – mesmo com o recurso das pensões¹⁶ – conforme se pode observar no depoimento de “Esmeralda” (24.02.2008):

Foi um comentário geral que papai tava botando as filhas para estudarem na capital, porque poucos tinham condições de sair, tinha desemprego, e quando papai nos botou para estudar foi um comentário muito grande, no sentido assim de riqueza, achando que nós éramos ricos. Não tinha riqueza, só tinha boa vontade em deixar para os filhos uma herança que era o estudo. Papai não entendia bem, mas mamãe era muito inteligente. (ESMERALDA, Entrevista gravada, 24/02/2008).

Entrar para Escola já era um distintivo, a começar pelo meio familiar que geralmente era o principal incentivador desse intento, principalmente quando se tratava de mulheres. Logo, o ato de tornar-se professora normalista não era algo corriqueiro. Segundo “Pérola” (04.12.2007), enfatizando a distinção dessa formação: “[...] bastavam ser normalistas para ter pose”. Ou seja, por meio de estratégias familiares e da lógica da instituição escolar, se efetivava um ato de ordenação, garantindo uma diferenciação em relação às portadoras desse título (BOURDIEU, 2003).

Apesar do privilégio de que dispunham, por viverem em um meio onde a instrução era prerrogativa de poucas, as normalistas não estavam isentas de dificuldades, principalmente quando tinham que se deslocar entre grandes distâncias para conseguirem dar continuidade aos estudos. Isso envolvia a necessidade de manutenção distante da casa dos pais. Isso podia ser mais ou menos difícil, dependendo das condições monetárias, tanto da estudante, quanto da família que as recebia, como relatou “Pérola” (05.12.2007), que se deslocou da cidade de Codó, para estudar na Escola Normal de São Luís: “Estudava em casa de família. Ele era tipógrafo da Pacotilha e ela era dona de casa. As despesas, papai pagava e ainda mandava as coisas do interior”.

Sobre as condições de deslocamentos que estavam sujeitas pessoas que vinham de outras cidades do Estado, para estudarem em São Luís, os relatos são de dificuldades, como observou “Esmeralda” (23.02.2008): “Daqui [Humberto de Campos], pra lá [São Luís] à vela [barco] eram três dias. Na época do verão, era melhor, a gente saía cedo e à tarde já estava em Ribamar, mas de lá para cá era muito demorado, três, quatro, cinco dias”.

Distinções devido ao uniforme, convívios entre colegas homens ou mulheres, diferenciações de condições familiares, econômicas e domiciliares, marcavam esse universo multifacetado. Para concluir essas vivências, contava-se com o ato solene de colação de grau, que à época parecia ser cercado de *glamour*.

As mais distintas proferiam os discursos, diante de autoridades presentes à solenidade. Diferentes jornais divulgavam e homenageavam as novas professoras,

marcando esse momento de passagem. O relato da colação de grau da turma de 1911, registrado pela *A Pacotilha* (13 mar. 1911, p.1), é demonstrativo dessa situação:

A sessão solene da congregação dos professores da Escola Normal, teve lugar às duas horas da tarde.

Já a essa hora estava o estabelecimento dessa caza de instrução secundária, cheia de famílias e cavalheiros da nossa sociedade.

Todos os salões estavam repletos de pessoas gradas.

O Sr. Dr. Luiz Domingues, Governador do Estado, acompanhado dos seus secretários civil e militar, chegou quase 2 horas.

Momentos depois teve logar a abertura da sessão.

O Sr. Dr. Barboza de Godóis, diretor do estabelecimento, tendo a sua direita o chefe do Estado e a esquerda o Sr. Antonio Lobo, Inspector Geral da Instrucção Pública, declarou aberta a sessão, que tinha por fim conferir os diplomas de professora normalista às alunas que recentemente haviam terminado o curso na Escola Normal. (*A ESCOLA...*, 13 /03/1911, p.1).

Em solenidades de diferentes anos, o cerimonial seguiu quase sempre esse encaminhamento, exceção feita, de acordo com o que sugerem os documentos, ao final do ano de 1914, quando a Escola Normal foi desativada.

O recebimento do diploma implicava a denominação “professora normalista”, podendo significar, para algumas, o destaque na primeira página de um jornal como o exemplo que segue¹⁷:

Diplomou-se a 30 do passado, a senhorita Anita Rocha da Silva, professora normalista e dilecta filha do nosso redactor chefe Angelo Rocha da Silva, que por esse motivo foi alvo de significativas manifestações. [...]. Evolução envia-lhe os seus saudaes. (*PROFESSORA...*, 02/11/1929, p.1).

Colar grau em um curso normal revestia-se de importância, especialmente quando o diploma vinha acrescido da distinção “laureada¹⁸”. Essa elevação de mérito decorria da obtenção de notas máximas, na maioria das disciplinas, no decorrer do curso e acompanhava a vida profissional da professora, como uma marca diferenciadora. “Instituíam uma diferença social que marcava” (BOURDIEU, 2003, p.38) a normalista por toda a vida, pois, o diploma acusava esse privilégio, bem como a assinatura, que passava a ter a prerrogativa “professora normalista laureada”. O retrato da homenageada era afixado no salão de honra da Escola em cerimônia pública, como evidencia o jornal *Diário do Maranhão* (17 abr. 1911, p. 1):

Hoje às 9 horas da manhã, teve logar a inauguração dos retratos das professoras normalistas laureadas d. d. Firmina Sobreira e Maria do Carmo Teixeira, no salão de honra deste estabelecimento escolar. O acto foi bastante concorrido, notando-se a presença de distintas famílias [...]. (*A ESCOLA...*, 17/04/1911, p.1).

A honraria tornava-se mais importante pelo fato de esses retratos serem produzidos fora do país, como assinala o Ofício n.º 54, de 21 de fevereiro de 1911, do diretor da Escola Normal ao Governador do Estado: “Tendo chegado dos Estados Unidos o retrato a crayon das normalistas laureadas, Firmina do Amaral Sobreira e Maria do Carmo das Neves Teixeira, mandado encomendar por ordem vossa [...]” (Ofício nº54, de 21 de Fevereiro de 1911).

Além de por em relevo as professoras laureadas, em torno dessa solenidade, vislumbramos subversões estudantis, como a polêmica que tomou corpo na imprensa local, entre a concludente Rosa Castro, agraciada com o laureamento, o Diretor Barbosa de Godóis e o Governador do Estado Luis Domingues. O estopim da polêmica foi um expediente dirigido por Rosa Castro ao Diretor da Escola Normal que acabou sendo divulgado na imprensa¹⁹. O jornal *Correio da Tarde* (8 nov. 1910, p.1) foi um dos periódicos que divulgaram o seu teor:

Aproximando-se o dia 10 do corrente, quando por determinação vossa, terá lugar a collação de gráo de professora normalista às alumnas que, ultimamente, concluíram os seus estudos nessa Escola, em cujo número me encontro, cumpro o dever de vos apresentar os meos protestos de sincero reconhecimento, não só pela nímia generosidade de que me cumulate, durante o curso, mais ainda pela despreendida solicitude com que obtivestes do Exm. Sr. Governador a classificação “laureado” para todos os normalistas nas condições em que eu me encontro.

Ao levar-me, porém, estas minhas seguranças de profunda gratidão, permiti que mais uma vez, e agora por escripto, me manifeste contrária, no que me diz respeito, à colocação de retrato no salão nobre desse estabelecimento, como também sugeristes ao benemérito Chefe de Estado.

Inteiramente solidária com as minhas collegas de classe e dissentindo as vantagens de uma distincção, no meu parecer inmerecido, e que dellas como que de algum modo me iria afastar, tenho imenso prazer em voz tornar de vez sciente da resolução em que estou, de não usar da faculdade conferida pelo governo, quanto à predita colocação do meu retrato no salão de honra dessa Escola.

Se de melhor êxito foram coroados os meus estudos na Escola Normal, nem por isso entendo de pouca valia os esforços das demais companheiras, que, ao meu lado, trabalharam, entregues, como eu, aos seus próprios recursos, e feliz me sentirei entre ellas, sem distincção alguma, todas conjugadas num só propósito – o de honrar a profissão que escolhemos [...] (ESCOLA..., 08/11/1910).

A atitude de Rosa Castro gerou outros documentos assinados pelo diretor da Escola Normal e pelo Governador do Estado, que se posicionaram publicamente, convocando-a a aceitar a homenagem. “É fato que diante dos apelos com essas demonstrações de poder e da importância política pedagógica (se bem mais que política que pedagógica) de que se revestia esse ato, Rosa Castro teve que ceder” (MOTTA, 2003, p.40) ao recebimento do título, durante a colação de grau que transcorreu dentro do protocolo programado.

4 Conclusão

Os discursos dominantes indicam que a educação feminina, quando defendida, era vista como necessária para um melhor arranjo matrimonial, o bom ordenamento do lar e acompanhamento dos filhos. No entanto a mulher, apesar de não romper de forma absoluta com esses ditames, avançou. Primeiro ultrapassou o limite do ensino doméstico, feito por preceptor(a), e dirigiu-se à escola. Inicialmente uma escola primária só para meninas; depois, em uma escola mista. Continuou os estudos, valendo-se do meio de que dispunha: o curso normal. Agora obtinha uma ferramenta importante e o *status* de pertencer a uma instituição de ensino que lhes garantia a distinção “normalista”. Estudava disciplinas comuns também aos homens, sem descuidar daquelas que davam o perfil de uma educação adequada para preparar bem uma mulher: as Prendas Femininas. Com a Língua Estrangeira e a Literatura podia ler romances de outras culturas, de homens e mulheres com outras experiências e ideias. A tentativa de controle sobre o que uma mulher devia ler revela o medo que a instrução feminina “mal encaminhada”, causava. Acrescendo as possibilidades de conhecimento, a mulher tinha ainda um contato sistemático com a Geografia conhecendo a respeito de outros países e culturas. Música, História, Matemática, Física e Química redimensionavam o olhar na decodificação da sua realidade. Embutidos em todas essas informações, preceitos filosóficos que constituíam arranjos próprios na mente e na conduta de cada uma.

Ao se desenvolver um estudo sobre mulheres que tiveram acesso à instrução formal via Escola Normal, foi possível se deparar com vidas que não ficaram constringidas ao mundo institucionalizado pelos discursos competentes. A vida de cada uma, embora marcada por referenciais de formação comum, deixou uma impressão particular. Por meio de condutas e ideias, elas respondiam, também, de acordo com as aprendizagens recebidas de outros centros de referência como a família, processando, por conta disso, um cotidiano singular e criativo. Não só reproduziram imposições discursivas, foram sujeitos de uma história, ajudando a modelar o perfil feminino contemporâneo ocidental.

Recebido em 24/8/2011

Aprovado em 24/10/2011

NOTAS

¹Kant aponta o significado que a Escola Normal assumiu já no século XVIII, quando analisando o sistema educacional austríaco observa: “É necessário fundar escolas experimentais antes de poder criar escolas normais. A educação e a instrução não devem ser puramente mecânicas, mas devem apoiar-se em princípios. Entretanto, não devem fundar-se no raciocínio puro, mas, num certo sentido, também no mecanismo. A Áustria não tem quase senão escolas normais, instituídas segundo um propósito contra o qual se levantaram muitas objeções, com fundamento, e ao qual se reprochava, sobretudo, um mecanismo cego. Todas as outras escolas deviam regular-se, por aquelas e chegava-se a recusar a promoção a quem não às havia freqüentado.” (KANT, 2006, p. 29).

² Os ofícios, regimentos, despachos, requerimentos e abaixo-assinados referentes à Escola Normal do Maranhão, utilizados neste artigo, encontram-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Maranhão na seção Instrução Pública, nas caixas referentes à Escola Normal de 1890-1914.

³ Da sua fundação, no ano de 1890 até 1900, a Escola Normal funcionou no mesmo prédio do Liceu Maranhense. O Decreto n. 1 de 11 de abril de 1899, assinado pelo Governador João Gualberto Torreão da Costa, separou o Liceu da Escola Normal. Com a separação, esta permaneceu no prédio de n.º 28 da Rua Formosa até a sua desativação em 1914, e o Liceu foi para o Antigo Seminário das Mercês.

⁴ O referido governador ficou no cargo de 23 de janeiro a 15 de abril de 1890.

⁵ Cabe ressaltar que as entrevistas não se constituíram em elemento principal da composição deste trabalho, sendo coadjuvantes dessa análise, por conta do período analisado.

⁶ As entrevistas foram concedidas na seguinte ordem de tempo: 1ª. Pérola, nos dias quatro e cinco de dezembro de 2007; Esmeralda nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2008; e Ônix no dia 27 de fevereiro de 2008. Elas se formaram nos anos de 1931, 1940 e 1953, respectivamente. Esses pseudônimos e as datas acompanharão os relatos das entrevistadas.

⁷ A Escola Normal do Maranhão localizava-se no espaço intitulado “centro da cidade”, em São Luís do Maranhão.

⁸ O primeiro Diretor da Escola Normal, depois da separação do Liceu, foi o médico Almir Nina Parga, sendo secundado por Barbosa de Godóis, que dirigiu a instituição até 1914.

⁹ O Regulamento da Escola Normal de 1905 determinava, no Art. 22, alínea “a” que: os responsáveis ou candidatos deveriam apresentar prova legal de quatorze anos feitos, no ato da matrícula.

¹⁰ O relatório de 1912 enviado pelo Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado, consistia de um documento manuscrito, sem paginação, por este motivo não foi possível informar a página de onde a citação foi retirada.

¹¹ Benedito Leite (1857-1909), enquanto chefe político local, teve importante papel na sobrevivência da Escola Normal e sempre esteve atento a algumas de suas necessidades, como é o caso da reforma do prédio no início do século XX. O abaixo-assinado em questão fora assinado por 153 alunas e 2 alunos.

¹² Em fotos de alunas da Escola de 1929, a blusa da farda tinha o decote em “V”. Não foi possível saber se essa primeira versão da farda já trazia esse decote que surgiu contemporaneamente em 1913 sendo, à época, considerado indecente. Sobre esse assunto ver: LAVER, James. *A roupa e a moda: história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹³ Durante o período em questão a instrução pública foi anexada à Secretaria do Interior.

¹⁴ Sobre as(o) alunas(os) que assinaram este documento: Hemetério Leitão era pensionista da Escola Normal e diplomou-se em 1914. Gostava de escrever poesias que eram publicadas em jornais da capital e do interior. Exerceu o cargo de diretor no externato da cidade de Caxias. Noemi de Souza participou da Sociedade Literária “Barão do Rio Branco”. Lina Mello colou grau em 1914 e formou-se também na Escola de Música, em 1911. Quanto a Maria Castro, as informações disponíveis só apontam que no ano de 1917 ainda estava no 4º ano do curso normal.

¹⁵ Laura Guterres de Sousa seguiu os seus estudos como pensionista. Concluiu o curso normal em 1906. Foi professora em Rosário (1917) e depois em Alcântara (1919), até aonde foi possível acompanhá-la.

¹⁶ A categoria pensionista foi criada em 1899 e mantida até 1914 quando o Decreto n.º 217 de 27.03.1914 estabeleceu: “Art. 1.º - Ficam suspensas, de 1 de abril próximo em diante, todas as pensões actualmente concedidas aos alumnos da Escola Normal”.

¹⁷ A foto de Anita Rocha, filha do redator chefe do jornal – ambos negros, conforme imagens do jornal – encimava a nota.

¹⁸ Esse distintivo foi autorizado pela primeira vez pelo governador Luiz A. Domingues da Silva, em 19 de outubro de 1910. Ainda sobre o laureamento não foi encontrado na documentação analisada, nenhum homem que tenha recebido esse título.

¹⁹ O assunto foi tratado nos Jornais *A Pacotilha*, *Correio da Tarde* e *Diário Oficial do Maranhão*.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. 286 p.

A ESCOLA Normal (nota). *A Pacotilha*, São Luís, 13 de março de 1911.

A ESCOLA Normal (nota). *Diário do Maranhão*, São Luís, 17 de abril de 1911.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira, 2ª. ed, São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 556 p.

_____. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Khuner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Marisa Corrêa. 4ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. 224 p.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 - artes de fazer*. Tradução de Hephraim Ferreira Alves, 10ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 351 p.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1904. Maranhão: Typ. Frias, 1905.

DIÁRIO Oficial do Estado, São Luís, 19 de outubro de 1911.

DOCUMENTOS da Secretaria do Interior. Correspondências de escolas da capital e de diversos interiores com o Secretário do Interior de 1911 a 1925.

_____. Petições de professores de 1914 a 1925

EBY, Frederick. *História da educação moderna, século XVI/XX*. Teoria, organização e práticas educacionais. Tradução de De M. A. V. de Almeida, Nelly A. Maia, Malvina C. Zaide. 5ª. ed. Porto Alegre: Globo, 1978. 633 p.

ESCOLA Normal (nota). *Jornal Correio da Tarde*, São Luís, 8 de novembro de 1910.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. São Cristovão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003. 251 p.

GOVERNO do Estado do Maranhão. Parte oficial. *Jornal A República*, São Luís 22 de março de 1890. p2.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 5ª.ed. Piracicaba: Unimep, 2006. 1054 p.

MENDES, Teixeira. *O ano sem par, abril de 1845 a abril de 1846 ou meditação religiosa da incomparável união ao qual os fundadores do positivismo Augusto Comte e Clotilde de Vaux (n. Marie), deveram o preenchimento da sua missão*. Rio de Janeiro: sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1900.

MOTTA, Diomar das Graças. *Mulheres professoras na política educacional no Maranhão*. São Luís: UFMA, 2003. 248 p.

OFÍCIOS da Escola Normal do Maranhão ao Governador do Estado do Maranhão de 1900 a 1914.

PROFESSORA Anita Rocha (nota). *Jornal Operário Evolução*, São Luís, 2 de novembro de 1929.

RELATÓRIOS do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado – 1912.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão – Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol 2: século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.104 –115.